

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

EXTENSÃO E LIMITES DA SUA JURISDIÇÃO

WAGNER MENEZES
(ORGANIZADOR)

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

EXTENSÃO E LIMITES DA SUA JURISDIÇÃO



Belo Horizonte
2018

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosendal
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2018.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

341.164 Tribunais internacionais: extensão e limites da sua jurisdição
T822 / [organizado por] Wagner Menezes. Belo Horizonte: Arraes
2018 Editores, 2018.
451 p.

ISBN: 978-85-8238-478-7
ISBN: 978-85-8238-479-4 (E-book)

1. Direito internacional. 2. Tribunais internacionais. 3. Direito penal internacional.
4. Corte internacional de justiça. 5. Direito internacional público. 7. Direito comercial
internacional. I. Menezes, Wagner (Org.). II. Título.

CDDir – 341.164
CDD(23.ed.)- 341.55

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2018

AUTORES

ADRIANA MOURA MATTOS DA SILVA

Advogada, Especialista em Direito Constitucional e Internacional. Mestranda em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI-USP).

ALEXANDRINA PAIVA DA ROCHA

Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisadora do NETI-USP desde 2016.

ANA PAULA CORREA DE SALES

Doutora em Direito. Professora de Direito - Universidade Estácio de Sá e Universidade Cândido Mendes

ANDRES UETA

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2003) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (NETI/USP)

BARBARA MOURÃO SACHETT

Graduada em Direito pela Unesp e Mestre em Direito Internacional pela mesma instituição. Professora de Direito Internacional da Universidade Metodista de São Paulo. Pesquisadora do Cedmar-USP e do NETI-USP. Advogada.

BIANCA LOUISE BLANCO

Estudante de graduação em Direito na Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora do NETI-USP desde 2016.

BRUNA MIGLIACCIO SETTI

Mestranda do programa de Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (2016), bolsista CAPES. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (NETI-USP).

BRUNO MATTOS CARDOSO DE SOUZA

Mestrando em Direito Internacional (UERJ). Especialista em Direito Internacional (FDDJ). Graduado em Direito (PUC-Rio). Pesquisador no subgrupo do Tribunal de Justiça da União Europeia no NETI (USP)

CAMILLA CAPUCIO

Doutora em Direito Internacional (USP), Mestre e Graduada em Direito (UFMG). Coordenadora da Linha de Pesquisa do SSC da OMC no Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI-USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Empresa, Mercado e Desenvolvimento Social (UNA). Professora (Centro Universitário UNA). Advogada.

CARLOS EDUARDO DE CASTRO E SILVA CARREIRA

Advogado - Membro e Conselheiro do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero - GADvS; Mestrando em Direito Internacional e Comparado - Faculdade de Direito da USP; Coordenador de Pesquisas em Tribunais de Direitos Humanos e Secretário Geral do NETI-USP; Pesquisador do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes - GRACIAS-USP; Pesquisador do Grupo de Estudos em Proteção Internacional de Minorias - GEPIM-USP; Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Internacional Privado - GPDIPr-USP; Bacharel em Direito - Universidade Estadual Paulista, UNESP.

CAROLINA MENEGHELLO

graduada em Direito pela UNESP. Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Inúbia Paulista/SP. Pesquisadora do NETI-USP (subgrupo - Tribunais Penais Internacionais). Advogada.

CELSO DE OLIVEIRA SANTOS

Mestrando em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenador Geral do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Alumnus da AIESEC e embaixador do Movimento CHOICE.

CLARISSA MARIA BEATRIZ BRANDÃO DE CARVALHO KOWARSKI

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Permanente do Programa. Professora Adjunta da UFF em Volta Redonda

CLARISSE LAUPMAN FERRAZ LIMA

Mestre e Doutora em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Direito Internacional na mesma instituição.

CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA MAGALHÃES DA SILVA LOUREIRO
Pós-Doutora em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais - NETI-USP; Professora de Direito Internacional.

CLÁUDIO CERQUEIRA BASTOS NETTO

Mestrando em Direito Internacional no PPGD da UERJ. Bacharel em Direito pela UERJ.

DANIELA BUCCI

Doutora e Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora e pesquisadora do Observatório de Violação dos Direitos Humanos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Pesquisadora-Líder do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos da USCS (NEDH-USCS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Tribunais Internacionais da Universidade de São Paulo - NETI-USP. Professora Universitária.

DANIELA CRISTINA DE OLIVEIRA ABE

Bacharel em Relações Internacionais pela Unesp/Franca e graduanda em Direito na Faculdade de Direito da USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI-USP)

DAVID FRANÇA RIBEIRO DE CARVALHO

Doutorando em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Internacional Econômico pela PUCMG. Professor de Direito Internacional Privado e Direito Internacional Econômico da Faculdade de Direito Milton Campos

EDUARDO CAVALCANTI DE MELLO FILHO

Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, Pesquisador do Centro de Estudos em Direito do Mar “Vicente Marotta Rangel” da Universidade de São Paulo (CEDMAR-USP) e Diretor Executivo da Academia Nacional de Estudos Transnacionais.

ELIANE MARIA OCTAVIANO MARTINS

Pós-doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona. Doutora pela USP. Mestre pela UNESP. Professora do mestrado e doutorado da UNISANTOS. Presidente da Câmara Arbitral Marítima do Rio de Janeiro. Autora do Curso de Direito Marítimo, volume I, II e III.

ERNESTO GOMES ESTEVES NETO

Bacharel e Mestre em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Atualmente é Secretário Geral do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Coordenador da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos do Município de Araraquara e Advogado.

FELIPE NICOLAU PIMENTEL ALAMINO

Mestrando em Direito Internacional Público pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Especialista em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

GUILHERME BERTI DE CAMPOS GUIDI

Graduado e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pós-graduado em Direito Digital Aplicado pela Fundação Getúlio Vargas São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da USP (NETI/USP), pesquisador colaborador do GEPI/FGV para área de proteção de dados (2017), pesquisador do ITSRio para área de privacidade (2016). Advogado.

HENRIQUE LENON FARIAS GUEDES

Advogado. Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Paraíba. Professor na Universidade Federal da Paraíba e no Centro Universitário de João Pessoa.

HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

Advogado graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela UERJ. Mestrando em Direitos Humanos e Políticas Públicas (NEPP- DH/CFCH/UFRJ). Integra os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (Universidade de São Paulo), Ganimedes (UFRJ) e GEDHJUS (UFRJ).

JEANCEZAR DITZZ DE SOUZA RIBEIRO

Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Largo São Francisco (2015). Professor de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado nos cursos de Relações Internacionais e de Ciências Contábeis no Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, Unilasalle/RJ. Professor de Direito Internacional na Universidade Candido Mendes/RJ. Advogado e consultor jurídico no Rio de Janeiro.

LIZ HELENA SILVEIRA DO AMARAL RODRIGUES

Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo, mestre e graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de

Direito Constitucional, Direitos Humanos e Bioética. Advogada voluntária do GADvS. Membro do NETI e do Gepebio.

LUCAS RIBEIRO DA SILVA

Estudante de graduação do 5º ano do curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL); pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI USP) - subgrupo Tribunal Penal Internacional (TPI).

LUÍS RENATO VEDOVATO

Doutor e Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Doutor (MS 3.1) do Instituto de Economia e da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP

LUISA PEREIRA DA ROCHA GIANNINI FIGUEIRA

Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do NETI-USP, no subnúcleo de tribunais penais internacionais. Assistente de Pesquisa no Global South Unit for Mediation (GSUM). Bolsista Capes.

MARILDA ROSADO DE SÁ RIBEIRO

Professora Associada de Direito Internacional Privado e Direito do Petróleo da UERJ, Doutora em Direito Internacional pela USP. Advogada

MÔNICA NOGUEIRA RODRIGUES

Graduada em Direito pela PUC-Campinas, Pós-graduanda em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura, assistente judiciária no Tribunal de Justiça de São Paulo.

NATHALIA PENHA CARDOSO DE FRANÇA

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Alumi- ni da Academia de Direito Internacional de Haia - Direito Internacional Público 2017. Membro do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Universi- dade de São Paulo.

ORLANDO JOSÉ GUTERRES COSTA JÚNIOR

Mestre em Direito Internacional pela UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da USP (NETI-USP), e membro do Grupo de Estudos em Arbitragens da Universidade Presbiteriana Mackenzie (GEAMack). Advogado.

PAULO HENRIQUE REIS DE OLIVEIRA

Graduado em Direito pela UNESP. Pesquisador do Instituto de Estudos Avan- çados do Mar da UNESP. Coordenador do subgrupo ITLOS do NETI-USP.

Coordenador do subgrupo Direito Marítimo do CEDMAR-USP. Sócio-Proprietário da Maritime Law Academy.

RAFAEL ZELESCO BARRETTO

Doutor em Direito Internacional (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Professor de Direito Internacional na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

RICKSON RIOS FIGUEIRA

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando no programa Derechos Humanos, Democracia y Justicia Internacional, da Universidad de Valencia (Espanha). Pesquisador do Observatório de Políticas Migratórias da América Latina do NIEM-UFRJ.

ROBERTA DE STÉFANI VIANNA

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC

SIDDHARTA LEGALE

Professor de Direito Constitucional da FND-UFRJ. Doutor em Direito Internacional pela UERJ. Mestre em Direito Constitucional e Bacharel pela UFF

TÂNIA LOBO MUNIZ

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1988), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina

THIAGO BARBOSA DE OLIVEIRA ALVES

Mestrando em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Membro do Núcleo de Estudos e Práticas Internacional da Faculdade de Direito Milton Campos - NEPi-FDMC. Membro da Comissão de Direito Internacional da OAB/MG

VINICIUS ELEODORO SILVA MOURA

Graduando em Direito pelo UNISAL - Lorena, Membro-pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da USP (NETI-USP)

WLADIMIR CERVEIRA DE ALENCAR

Doutor em Direito. Professor de Direito - Centro Universitário UNIABEU; Universidade Cândido Mendes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XVI
CAPÍTULO 1	
GDPR: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UE E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
<i>Guilherme Berti de Campos Guidi</i>	1
CAPÍTULO 2	
A TUTELA DA VÍTIMA COMO EXTENSÃO DO ALCANCE DA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS: O CASO HISSÈNE HABRÉ	
<i>Adriana Moura Mattos da Silva; Daniela Cristina de Oliveira Abe</i>	18
CAPÍTULO 3	
SOCIEDADE GLOBALIZADA E CONSCIÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPITAL INTERNACIONALIZADO E ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA	
<i>Alexandrina Paiva da Rocha; Bianca Louise Blanco</i>	29
CAPÍTULO 4	
POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO DA CORTEIDH: A INFLUÊNCIA DE SUAS DECISÕES NO ÂMBITO INTERNO DOS ESTADOS À LUZ DA VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
<i>Ana Paula Correa de Sales; Wladimir Cerveira de Alencar</i>	47
CAPÍTULO 5	
A EXCEÇÃO DO PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM COMO EXPRESSÃO DA EXTENSÃO DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	
<i>Andres Ueta</i>	65

<p>CAPÍTULO 6</p> <p>A TIPIFICAÇÃO DA PIRATARIA MARÍTIMA INTERNACIONAL COMO CRIME CONTRA A HUMANIDADE E A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DE ROMA</p> <p><i>Barbara Mourão Sachett</i></p>	76
<p>CAPÍTULO 7</p> <p>CONTRATOS E TRATADOS NO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE: UMA NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO</p> <p><i>Bruna Migliaccio Setti; Tânia Lobo Muniz</i></p>	87
<p>CAPÍTULO 8</p> <p>SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DO MERCOSUL: O FUTURO (SOMBRIO?) DO PROTOCOLO DE OLIVOS</p> <p><i>Bruno Mattos Cardoso de Souza</i></p>	105
<p>CAPÍTULO 9</p> <p>“AMIGOS DA CORTE”: A UTILIZAÇÃO DO AMICUS CURIAE COMO INSTRUMENTO DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JURISDIÇÃO DO SSC DA OMC</p> <p><i>Camilla Capucio; Mônica Nogueira Rodrigues</i>.....</p>	125
<p>CAPÍTULO 10</p> <p>A POLÍTICA DO GABINETE DO PROCURADOR NOS EXAMES PRELIMINARES E NA SELEÇÃO DOS CASOS SELECIONADOS NA CONSOLIDAÇÃO DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL</p> <p><i>Carlos Eduardo de Castro e Silva Carreira; Carolina Meneghella</i></p>	137
<p>CAPÍTULO 11</p> <p>O CRIME DE DESACATO E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: RECURSO ESPECIAL 1640084/SP E HABEAS CORPUS 379.269/MS</p> <p><i>Carlos Eduardo de Castro e Silva Carreira; Lucas Ribeiro da Silva</i>.....</p>	151
<p>CAPÍTULO 12</p> <p>DIREITO INTERNACIONAL E TUTELA DA DEMOCRACIA ENQUANTO BEM JURÍDICO</p> <p><i>Celso de Oliveira Santos; Ernesto Gomes Esteves Neto</i></p>	164

<p>CAPÍTULO 13</p> <p>APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 2178 DE 2014 DA ONU ACERCA DE COMBATENTES TERRORISTAS ESTRANGEIROS EM CONFLITO COM A 3ª CONVENÇÃO DE GENEBRA</p> <p><i>Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski; Roberta de Stéfani Vianna</i></p>	178
<p>CAPÍTULO 14</p> <p>A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO INTERNACIONAL</p> <p><i>Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro</i></p>	185
<p>CAPÍTULO 15</p> <p>A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO E O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSULTIVA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA</p> <p><i>David França Ribeiro de Carvalho; Felipe Nicolau Pimentel Alamino</i></p>	199
<p>CAPÍTULO 16</p> <p>A AMPLIAÇÃO DA JURISDIÇÃO DO OSC/OMC PARA A PARTICIPAÇÃO DO AMICUS CURIAE</p> <p><i>David França Ribeiro de Carvalho; Thiago Barbosa de Oliveira Alves</i></p>	218
<p>CAPÍTULO 17</p> <p>O PROCEDIMENTO DE PRONTA LIBERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO E TRIPULAÇÃO NO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR: UMA ANÁLISE PROCEDIMENTAL E CASUÍSTICA</p> <p><i>Eliane Maria Octaviano Martins; Paulo Henrique Reis de Oliveira</i></p>	231
<p>CAPÍTULO 18</p> <p>A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS ORIUNDAS DO ARTIGO 82 DA CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY</p> <p><i>Henrique Lenon Farias Guedes; Eduardo Cavalcanti de Mello Filho</i></p>	247
<p>CAPÍTULO 19</p> <p>GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: LIMITES DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL</p> <p><i>Henrique Rabello de Carvalho</i></p>	265
<p>CAPÍTULO 20</p> <p>CLÁUSULAS DE TRATADOS E A INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE</p>	

INTERNACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOBERANA <i>Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro</i>	283
CAPÍTULO 21	
AS IMUNIDADES DE JURISDIÇÃO DO ESTADO E OS LIMITES DO DIREITO INTERNACIONAL NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA <i>Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro; Vinicius Eleodoro Silva Moura</i>	295
CAPÍTULO 22	
EM BUSCA DO AMPARO PERDIDO: QUANDO UMA DECISÃO DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS SE CONVERTE EM INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS - O CASO PARADISO E CAMPANELLI VS ITÁLIA <i>Liz Helena Silveira do Amaral Rodrigues</i>	313
CAPÍTULO 23	
O CASO LAUTSI - DESAFIO À UNIVERSALIDADE E AO DIREITO DAS MINORIAS E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL <i>Luís Renato Vedovato; Daniela Bucci</i>	331
CAPÍTULO 24	
ARBITRAGENS DE INVESTIMENTO E GOVERNANÇA: A CAPACIDADE REGULATÓRIA DE ESTADOS EM CHEQUE <i>Marilda Rosado de Sá Ribeiro; Orlando José Guterres Costa Júnior</i>	351
CAPÍTULO 25	
O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E OS ATOS DE TERRORISMO <i>Clarisse Laupman Ferraz Lima; Nathalia Penha Cardoso de França</i>	375
CAPÍTULO 26	
UMA CORTE EM FUGA? O CASO DAS ILHAS MARSHALL CONTRA OS ESTADOS DETENTORES DE ARMAS NUCLEARES <i>Rafael Zelesco Barretto</i>	392
CAPÍTULO 27	
O PAPEL DO PRINCÍPIO PRO PERSONA NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: ESSE ENIGMÁTICO DESCONHECIDO <i>Siddharta Legale; Cláudio Cerqueira Bastos Netto</i>	410

CAPÍTULO 28

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CRIME DE
AGRESSÃO: QUESTÕES JURISDICIONAIS RELATIVAS À
IMPLEMENTAÇÃO DA EMENDA DE KAMPALA

Rickson Rios Figueira; Luisa Pereira da Rocha Giannini Figueira 422

APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais, presenciamos a dinâmica transformação da sociedade globalizada, em decorrência da inexorável intensificação e massificação das relações desenvolvidas no plano internacional, de sorte que tais transformações geram direitos e obrigações a todos os sujeitos de Direito Internacional, que convivem e estabelecem suas relações sob a égide de um ideal de solidariedade e paz internacional.

O próprio Direito Internacional, nesse contexto, sofre transformações tanto na sua estrutura quanto na sua compreensão, tendo-se observado, mais recentemente, a pluralização de sujeitos e temáticas por ele abrangidas, bem como a institucionalização da aplicação dos seus preceitos, que se consubstancia na multiplicação das Organizações Internacionais e, por conseguinte, de Tribunais e órgãos jurisdicionais, autônomos ou incluídos nas estruturas das Organizações Internacionais.

Os Tribunais Internacionais, então, desempenham indispensável função na sociedade internacional contemporânea, contribuindo para o desenvolvimento do Direito Internacional ao solucionar pacificamente as controvérsias surgidas no que concerne a sua aplicação, auxiliando na criação de uma interpretação uniforme das suas normas e de seus princípios e atuando com celeridade, maturidade e necessária ambição diante das demandas que lhes são submetidas nas mais variadas temáticas. Já se pode afirmar, inclusive, que o papel dos Tribunais Internacionais também diz respeito à reafirmação sistêmica do Direito Internacional, uma vez que o exercício de sua jurisdição, em diferentes níveis e possibilidades de alcance, vem impactando as ordens jurídicas internas dos Estados por eles jurisdicionados, bem como tem se erguido como importante fonte do próprio Direito Internacional, sendo os Tribunais Internacionais instâncias democrática e legitimamente estabelecidas para a concretização plena desse ideal universal.

Diante da relevância e da conveniência do estudo dos Tribunais Internacionais, aquilo que em dezembro de 2009 ainda era uma ideia embrionária,

em 2010 concretizou-se com a criação do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (NETI/USP), que foi “um dos” se não o primeiro grupos de estudos brasileiro voltado para a compreensão dos Tribunais Internacionais em sua lógica histórica e sistêmica.

Se, no início, como era de se esperar, o grupo tinha atuação tímida e acanhada, buscando primeiramente estabelecer os contornos teóricos de seu objeto de estudo, o NETI/USP tem se consolidado, nos dias de hoje - com metodologia própria e com linha de pesquisa arrojada e concatenada com as discussões contemporâneas - como um dos maiores grupos de estudos de Direito Internacional do país, congregando aproximadamente 70 pesquisadores, de diferentes origens e formações, de graduandos a doutores, de norte a sul do país.

Durante os anos 2010 e 2011, o grupo dedicou-se ao estudo dos fundamentos da atuação dos Tribunais Internacionais, para, então, em 2012 e 2013 debruçar-se sobre uma instigante investigação a respeito da existência ou não de conflito de competência dos mais diversos Tribunais existentes, por ocasião do exercício concomitante de sua jurisdição, interpretada sob um ponto de vista sistêmico, a par da harmonia e da cooperação internacional estabelecida entre os Tribunais Internacionais.

Já nos anos 2014 e 2015, o NETI/USP buscou reconhecer parâmetros para a interpretação da efetividade dos Tribunais Internacionais, tendo concluído que a efetividade de suas decisões não se resume nos aspectos quantitativos do cumprimento de provimentos jurisdicionais, vez que a efetividade dos Tribunais Internacionais, que contribui verdadeiramente para o Direito Internacional, também considera outros elementos, como o acesso à justiça, a reafirmação da jurisdição internacional e também a releitura crítica da identificação das fontes do Direito Internacional nos Tribunais Internacionais.

Em 2016, o Núcleo dedicou seus trabalhos à investigação do acesso do indivíduo, enquanto sujeito de um Direito Internacional que se desenvolve cada vez mais pautado na promoção e na garantia dos Direitos Humanos, às Cortes e Tribunais Internacionais e aos órgãos jurisdicionais de Organizações Internacionais, cujos frutos serão objeto de obra vindoura.

Seguindo a linha temática inaugurada no VII Simpósio Brasileiro sobre Cortes e Tribunais Internacionais, realizado em dezembro de 2016, o NETI-USP adotou para o ano 2017, em razão da produtividade das discussões promovidas no evento e na obra em que foram publicados seus anais, o recorte temático central “Os Impactos da Atuação dos Tribunais Internacionais no Direito Interno”.

Já para a oitava edição anual Simpósio Brasileiro sobre Cortes e Tribunais Internacionais, realizada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, foi escolhido o estudo da expansão dos limites da jurisdição dos

Tribunais Internacionais para nortear os trabalhos do evento, cujos anais estão registrados na presente obra.

Aproveitamos, aqui, para registrar o agradecimento especial às Professoras Doutoras Camilla Capucio, Claudia Regina Oliveira Magalhães da Silva Loureiro, Daniela Bucci, Ivette S. Esis Villaroel, Renata Álvares Gaspar e Vera Lúcia Liquidato Viegas, bem como aos Professores Doutores Alfredo Attié, Fabricio Bertini Pasquot Polido, Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro, Luís Renato Vedovato, Raphael Carvalho de Vasconcelos e Thiago Paluma, bem como ao comitê organizador do evento e desta publicação, por todos os esforços.

São Paulo, 09 de novembro de 2017.

WAGNER MENEZES

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Livre-Docente, Pós-doutor pela Universidade de Pádua, Itália. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI) e Diretor Científico Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP.

CELSO DE OLIVEIRA SANTOS

Mestrando em Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP. Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP. Alumnus da AIESEC no Brasil. Embaixador do Movimento CHOICE.